

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A DISCUSSÃO DAS CASAS CAMAROTE UTILIZADAS NO CARNAVAL DE OLINDA, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2019, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às 12:00h do dia doze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a Discussão das Casas Camarote utilizadas no Carnaval de Olinda. **O vereador Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL) assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: Jorge Federal (Presidente), João Luiz (Secretário de Patrimônio e Cultura), Vlademir Labanca (Vereador), Graça Fonseca (Vereadora), Alexandre Melo (Coordenador de Planejamento da Sociedade de Defesa da Cidade Alta - Sodeca) e Edmilson Cordeiro (Presidente do Conselho Municipal de Cultura). O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao Secretário de Patrimônio e Cultura, João Luiz. **SECRETÁRIO DE PATRIMÔNIO E CULTURA (JOÃO LUIZ):** *“O evento teste aconteceu no primeiro domingo de fevereiro. A gente convidou algumas instituições para acompanhar esse evento teste. Tivemos o acompanhamento de um membro do Conselho de Preservação, além de integrantes do Corpo de Bombeiros e membros da Secretaria de Patrimônio e Cultura. Fizemos na segunda-feira, logo depois do evento, uma reunião na CIATur com o Controle Urbano, Corpo de Bombeiros e a CIATur, para avaliar os impactos do primeiro evento. O primeiro evento não provocou o que a legislação previne com relação às chamadas Casas Camarote. Esse primeiro evento não provocou aglomeração de pessoas na passarela natural, não provocou transtornos no local, até porque terminou pouco mais das 20 horas. A legislação fala em até 22 horas e ele terminou por volta das 20:30h. E aí, em seguida, nós fizemos uma nova diligência lá no espaço, junto com o Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros, nesse segundo momento, fez uma vistoria e fez duas recomendações: a primeira recomendação era fazer um isolamento, tapumar uma parte que dava acesso à área interna da casa e fez uma outra observação, que foi a instalação de um guarda-corpo. Os organizadores do evento fizeram a instalação do tapume e do guarda-corpo e realizaram o segundo evento, que estava autorizado para encerrar às 21:00h e terminou mais ou menos nesse horário, 15 para às 21:00h já começaram a desligar os equipamentos de música do evento que estava acontecendo e foi encerrado o evento. Ontem, nós tivemos uma reunião no Conselho de Preservação. Esse Conselho é composto por vários órgãos (SODECA, CREA, IPHAN, Secretarias Municipais) e esse Conselho deliberou que nós fizéssemos uma exposição de motivos com relação a essa temática, deliberou que o proprietário do imóvel apresentasse o projeto de uso de médio e longo prazo. O Conselho deliberou também que poderia aprovar o projeto desde que houvesse a previsão de, logo que encerrado o período de carnaval, os proprietários iniciassem o processo de reforma completa do imóvel, inclusive da parte interna. Deliberou também que esse Termo de Compromisso teria que ser acompanhado de uma multa contratual de vulto caso não houvesse o cumprimento do pactuado. Depois dessa reunião de ontem, nós viemos aqui para esta audiência para fazer esses esclarecimentos. Um outro assunto que é importante destacar é que todos esses eventos que acontecem na cidade nesse período pré-carnaval, como por exemplo os eventos no Centro Luís Freire, no Espaço Nelson Guedes, no Clube Atlântico, eventos que são bilhetados e cobrados, todos eles são submetidos ao Termo de Início de Fiscalização (TIF). A Secretaria Municipal de Fazenda vai no local, faz o levantamento da movimentação econômica dos ingressos desse evento e aplica a alíquota do ISS e o promotor do evento tem que fazer o pagamento previamente. Nesse caso do Olinda Tropicana, além desse pagamento do ISS, nós levantamos com eles a possibilidade da gente pedir que eles fizessem uma contribuição para o Fundo de Preservação, a base de R\$2.500,00 por cada evento, ou seja, tendo 4 eventos durante o mês de fevereiro, nós teríamos uma contribuição extra para o Fundo de R\$ 10.000,00. A gente está com um projeto de, com os recursos do Fundo, fazer a construção de uma Caixa de Prospecção Arqueológica no nosso Laboratório de Arqueologia, que foi recentemente recuperado e que está instalado ali no subsolo Mercado da Ribeira, para que a gente possa fazer um*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

projeto pedagógico para os estudantes da rede pública e privada do Município e do Estado, para que eles possam estudar um pouco sobre os achados arqueológicos da nossa cidade. Dito isso, nós recebemos um expediente do Ministério Público Federal pedindo esclarecimentos sobre esse fato e nós estamos encaminhando esses esclarecimentos hoje para a Procuradoria do Ministério Público Federal. No documento, foram citados, além do Olinda Tropicana, a Casa DeBron, o Camarote Olinda e o No Meio do Mundo. O Camarote Olinda está instalado na região de entrada da cidade, região de jurisdição do Governo de Estado, da Empetur, que é o Parque Memorial Arcoverde, que é onde vai ter o Camarote Carvalheira na Ladeira e o Camarote Olinda. A gente não recebeu nenhum documento da Casa DeBron lá na Secretaria de Patrimônio e nem recebemos documento dessa casa No Meio do Mundo, apesar de termos notícias de que tentaram fazer um receptivo na Secretaria de Turismo tentando fazer a reforma do prédio, que é um prédio estadual e que foi o antigo colégio Domingos Sávio, mas aí depois de que houve alguns questionamentos, a gente informou que o prefeito preferiu não continuar com esse projeto lá. Fora isso, a gente tem conhecimento de alguns proprietários de imóveis no Sítio Histórico que, quando chega nas proximidades do carnaval, eles alugam esses imóveis e essas pessoas promovem camarotes informais com venda de ingressos, promoção de consumo e tudo mais, inclusive com apresentações musicais. Mas essas operações só acontecem quando começa o carnaval, hoje inclusive tem uma matéria na Folha de Pernambuco de um morador alegando que fez a locação para uma pessoa, no carnaval passado, e a pessoa tinha declarado que ia ocupar a família dela de 12 pessoas e aí quando foi no carnaval, ele fez um verdadeiro camarote com bilhetagem e etc., e aí esse morador decidiu não mais alugar a casa por conta desse problema. Para concluir, eu gostaria de dizer que essas operações informais, a gente junto com a Procuradoria, com a Secretaria de Patrimônio e com o Controle Urbano, vamos instalar uma equipe, durante o período do carnaval, para fazer a fiscalização e coibir as práticas que porventura se configurem nessas denúncias que foram apuradas nos jornais. Com relação aos outros empreendimentos, o único que a gente está com a pretensão, enquanto Município, de estimular para que, após o carnaval, esse empreendimento se transforme num equipamento permanente é a casa da rua Prudente de Moraes, a Casa do Alceu Valença, desde que no período do carnaval, não se configure Casa-Camarote, ou seja, ele não vai poder ter shows lá durante o período de carnaval, vai ter que continuar fazendo com que não haja nenhum foco de animação no local e que seja utilizado tão somente como um receptivo para que as pessoas entrem, desfrutem do espaço que estão oferecendo e saiam para aproveitar o carnaval de rua. Fora tudo isso que a gente está falando para vocês, a gente também tem a previsão legal dos espaços que já existem na cidade como hotéis, bares e restaurante e que corriqueiramente fazem os seus projetos de day use, esses espaços já estão previstos na lei e a gente também está acompanhando para evitar que ocorra essa questão de aglomeração. No mais, Presidente Jorge Federal, a gente está à disposição do Plenário e das pessoas que vão fazer suas intervenções para esclarecimentos e para que eu possa encaminhar o que for discutido aqui para o Conselho de Preservação, até porque toda essa temática está sendo discutida junto com o Conselho desde ontem e a gente tem uma nova reunião prevista para quinta-feira." O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça afirmou que estava surpresa com a realização desta audiência durante esse período carnavalesco. Ela lembrou que em 2015 foi travada uma luta imensa contra um projeto de lei da gestão anterior que estabelecia apenas algumas ruas como passarelas naturais no Sítio Histórico, no intuito de beneficiar um certo empreendimento na época. Afirmou que, com as emendas na Lei do Carnaval, seria para que não houvesse qualquer tipo de camarote no Sítio Histórico de Olinda. Lembrou que a Lei do Carnaval considera não-oficiais os focos de animação promovidos pela iniciativa privada ou por moradores (proprietários de imóveis ou inquilinos). Criticou a realização de termos, por trazerem uma insegurança jurídica à população, lembrando da situação atual do país: falta de segurança, falta de fiscalização e falta de execução das leis vigentes. Ela concluiu lamentando o afrouxamento da legislação em detrimento da proteção do patrimônio e da vida humana. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. Labanca ressaltou a

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

importância da amplitude de aplicação da lei, que deverá ser para todos, sem discriminações. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Jesuíno lembrou que em 2015 houve um projeto da gestão anterior que liberava Casas Camarote em duas ruas: na rua Prudente de Moraes e na 10 de Novembro, e as demais ruas estariam proibidas de fazer Casas Camarote. Ele afirmou que é a favor de que se permitam todas Casas Camarote, destacando a arrecadação tributária oriunda de tais serviços, receitas de que Olinda tanto necessita. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Algério a Nossa Voz. Algério lamentou o início tardio das discussões desta audiência. Revelou que empresários, nesse período carnavalesco, procuraram ele pedindo a liberação dos camarotes. Afirmou que o foco não deveria ser em receita, mas sim em preservação do patrimônio-histórico da cidade. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Irmão Biá. Ele concordou com as colocações dos vereadores Graça Fonseca e Algério a Nossa Voz. O Presidente concedeu a palavra ao vereador João Pé no Chão. João falou que a discussão sobre questões do carnaval é a melhor saída para encontrar a melhor solução para a população olindense. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Edmilson Fernandes. Edmilson mostrou preocupação com as tragédias ocorridas pelo país e a omissão estatal no cumprimento das leis. O Presidente concedeu a palavra à Presidente do Conselho Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (CPSHO), Vera Milet. Ela defendeu que Olinda perderia suas características de carnaval de rua, caso as Casas Camarotes fossem aceitas. Afirmou que a SODECA encaminhou ao Ministério da Cultura a solicitação de registro do carnaval de Olinda como patrimônio imaterial do Brasil. Revelou que é consenso geral entre os participantes integrantes do Conselho que a questão de Casas Day Use com apresentação de shows seria quase como uma morte anunciada. Criticou a falta de segurança e de estratégia de esvaziamento em situações de risco e exigiu um Plano de Gestão de Riscos para a proteção do patrimônio-histórico da cidade. O Presidente concedeu a palavra ao Coordenador de Planejamento da Sociedade de Defesa da Cidade Alta (SODECA), Alexandre Melo. Alexandre criticou a falta de cumprimento da legislação do Município. Afirmou que as Casas Camarote oferecem músicas e apresentações que descaracterizam o carnaval de rua de Olinda. Reclamou da inexistência da Comissão Permanente regulamentada pela Lei do Carnaval. Relatou que houve reclamações, na SODECA, de moradores da rua Prudente de Moraes sobre os elevados ruídos sonoros. O Presidente concedeu a palavra a Edmilson Cordeiro, Presidente do Conselho Municipal de Cultura. Edmilson falou que não pode haver compensações quando há a inaplicabilidade da legislação municipal. Ele reclamou da mercantilização do carnaval de Olinda. O Presidente concedeu a palavra à vereadora Denise Almeida. Ela defendeu o cumprimento da Lei do Carnaval e a prevalência dos interesses da população olindense. **O Presidente iniciou a concessão da palavra para os presentes na galeria.** O Presidente concedeu a palavra à senhora Danielle Portela. Danielle contou que existe uma decisão judicial do ano passado orientando que a recomendação do Ministério Público fosse seguida, e a interdição imediata desses espaços privados, pelo descumprimento da Lei do Carnaval. Criticou a postura omissiva da Prefeitura de Olinda. Disse que o carnaval de rua de Olinda não será aprisionado pela iniciativa privada. O Presidente concedeu a palavra à senhora Eugênia Lima. Ela pediu uma preocupação maior da Prefeitura com relação às colocações apresentadas nesta audiência. Afirmou que o evento teste realizado foi ilegal e que a legislação municipal deveria ser obedecida. Falou que não poderia haver transgressão da lei com a justificativa de inovação tecnológica com um Porto Digital, quando se tem imóveis abandonados do Governo do Estado na cidade. Defendeu a preservação ao invés da exploração do patrimônio-histórico de Olinda. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Tiago Nago, da Brigada Civil de Direitos Humanos, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente. Tiago lembrou que o Ministério Público Federal pediu esclarecimentos sobre a área do Sítio Histórico porque é uma área de interesse federal, tombada pela Notificação 1.004/1968 (Tombamento do Sítio Histórico de Olinda). Fez referência ao Plano Municipal de Cultural, o qual não é cumprido. Revelou que foi ameaçado de ser processado por uma pessoa da Secretaria de Cultura porque criticou o fato de quererem fazer um Day Use em um prédio público. Lembrou que esta Casa rejeitou a prestação de contas dos dois últimos carnavais realizados na cidade. O Presidente concedeu a palavra ao senhor

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Stenberg Lima, representante do Movimento Fiscaliza Olinda. Stenberg lembrou que o atual prefeito Lupércio, em 2015, quando era vereador, se omitiu no momento da votação das emendas da Lei do Carnaval. Disse que a Casa de Alceu Valença deveria ser fiscalizada, ter licenças e relatórios da parte estrutural. Sugeriu que fosse utilizado outros imóveis para a construção do Porto Digital. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Jesualdo Campos, advogado da SODECA. Ele reforçou o entendimento da legislação de que são proibidos quaisquer eventos privados dentro do Sítio Histórico, exceto aqueles realizados em pousadas, bares e restaurantes que já funcionem permanentemente dentro dessa área. Criticou o Termo de Compromisso no que diz respeito a transformar casas privadas em polos oficiais do Carnaval, fazendo com que a Prefeitura não fiscalize esses polos e ainda conceda incentivos para a instalação deles. Terminada a fala dos inscitos, o Presidente retornou a palavra ao Secretário João Luiz. **SECRETÁRIO DE PATRIMÔNIO E CULTURA (JOÃO LUIZ):** *“Em primeiro lugar, a gente veio para cá para justamente fazer alguns esclarecimentos. Eu sei que muita gente fez intervenções aqui e que é preciso a gente esclarecer alguns pontos que foram citados. Com relação ao Termo de Compromisso, falando de foco oficial, a gente precisa entender que caso o projeto fosse aprovado, aquele espaço seria realmente um foco oficial na medida em que ele iria ser disponibilizado para que as agremiações tradicionais do carnaval de Olinda saíssem de lá, como prevê a lei, sem custo nenhum para as agremiações. Na verdade, haveria uma relação pendular em que as pessoas que estavam pagando o acesso à casa durante o carnaval que, volto a repetir, segundo a carta de intenções deles, não teria realização de shows, já saindo da caracterização de camarote. Então, a disponibilização do espaço para as agremiações tradicionais que não têm locais adequados para sair é que daria essa condição. Foi levantada aqui a questão dos riscos e o Município teve tanto cuidado, nesses eventos testes, que foi em comissão com o Corpo de Bombeiros, com Defesa Civil para avaliar a área externa do local, que é onde está acontecendo o evento. Quando foi dito aqui que é preciso que se seja feita uma reforma estruturadora na casa para que ela se transforme num centro de produção tecnológica, é na parte interna. Na parte interna, o Corpo de Bombeiros, no ato do processo de liberação, mandou fazer a tapumagem e o guarda-corpo, então o evento só acontece na parte externa. Foi falado aqui em privilégios e, na verdade, é preciso que as pessoas entendam que essa tentativa que a gente estava fazendo, a gente não quer colocar nenhum recurso público não. Não se quer transformar esse imóvel num centro de produção tecnológica com o dinheiro público, até porque se a gente tivesse dinheiro público para fazer isso, a gente iria seguir a sugestão que foi dada aqui por vários oradores, a gente iria usar um prédio público. Esse investimento seria totalmente privado e não seria um projeto social não, seria um projeto de empreendedorismo. A gente na verdade iria adequar um espaço privado para receber empresas privadas da área de tecnologia e essas empresas iriam fazer sua produção tecnológica e, conseqüentemente, gerar receita mediante a cobrança do ISS, que não é barato para essas empresas, elas não arrecadam pouco. O vereador Algério falou na possibilidade de o carnaval ser superavitário, realmente a gente está lutando para isso, a gente tem evitado fazer investimentos e gastar mais do que a gente arrecada. Vale ressaltar que, até a presente data, o principal patrocinador do carnaval de Olinda, que é a cervejaria, ainda não manifestou interesse em patrocinar o carnaval. Isso significa que, se por acaso a empresa privada cervejaria não tiver interesse em patrocinar o carnaval, nós não teremos receita para fazer o carnaval nos moldes que se propagam. No último carnaval, o patrocínio da cervejaria representou quase 50% dos recursos do carnaval. A gente já fez três chamadas públicas e a última está marcada para dia 21 de fevereiro e se até lá eles não comparecerem, a gente vai ter que redefinir o formato do carnaval de Olinda e aí com certeza não vai haver superávit. Com relação ao carnaval de rua, nós recebemos 3,2 milhões de pessoas no carnaval passado aqui em Olinda. Somando todas as pousadas, bares e restaurantes que fazem o Day Use oficial previsto em lei e somando mais essas três propostas que foram apresentadas na Secretaria de Patrimônio e que a gente está submetendo ao Conselho de Preservação, não chega a 3 mil pessoas. Ou seja, 0,1% da população que a gente recebe no carnaval é que usa esse tipo de atividade de serviço, ou seja, 99,9% do carnaval de Olinda é na rua. Então, estou dando esse dado*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA


Olinda Patrimônio da Humanidade

porque não há risco de descaracterizar o carnaval de rua, até porque não existe oferta de Day Use, nem de casas de utilização desse tipo de serviço para atender a população de forma a comprometer a questão do carnaval de rua. Esse evento que eles estão querendo fazer durante o carnaval lá na Casa do Alceu Valença, segue rigorosamente a recomendação do Ministério Público com base naquela Casa do Bonfim, segue exatamente o mesmo modelo. Foi falado na questão na legalidade ou ilegalidade e esses dois eventos que aconteceram, no entendimento da nossa Procuradoria, não podem ser considerados ilegais porque se a gente for tratar com esse rigor, por exemplo, o próprio Centro Luís Freire, que realiza eventos, se a gente for olhar a documentação com detalhe, atualmente, ele não está credenciado, não está atualizado para a realização de eventos. A gente teve recentemente eventos, em várias casas aqui na cidade, de blocos e agremiações informais que não têm CNPJ, são grupos que se reúnem e que fazem eventos em algumas casas, com a realização de programação cultural e tudo mais, e a gente nesse período, mesmo sendo considerado, como bem falou a vereadora Graça Fonseca, esse período que o decreto prevê como período carnavalesco, ele prevê isso para que justamente dê a possibilidade que o Poder Público possa fazer alguns investimentos em Controle Urbano, em Trânsito, recentemente estão sendo feitos bloqueios móveis durante os finais de semana, mas a Procuradoria do Município tem o entendimento que a gente tem, nesse período, um período pré-carnaval, um período de carnaval (onde ocorre a exclusividade do patrocinador máster, de 24 de fevereiro ao final do carnaval) e ainda tem o período pós-carnaval (após 12 de março, justamente para prever os investimentos necessários para comemoração do aniversário da cidade). As casas da cidadania, que pertencem ao Governo do Estado, a gente fez um levantamento e para que o Município pudesse fazer um investimento lá, a gente teria que importar em mais de 3 milhões de reais para fazer a reforma daquelas casas, então o Município não tem recursos para isso. Foi falado que eu falei que o imóvel precisa de reforma, realmente precisa de reforma na parte interna, o evento está acontecendo na parte externa, foi vistoriado pelo Corpo de Bombeiros e pela Defesa Civil, que deu inclusive um laudo liberando a parte externa, o Corpo de Bombeiros também. Volto a repetir, não há nenhum investimento financeiro do Poder Público Municipal nessa questão. Para terminar, eu gostaria de dizer para vocês que o Município e a Secretaria de Patrimônio e Cultura vão fazer exatamente o que os órgãos de controle e recomendação determinarem. A gente tem tido o acompanhamento do Conselho de Preservação. Eu anotei todas as questões que foram levantadas porque eu vou passar para o Prefeito, até porque isso é uma decisão de governo, então é evidente que o governo pode tranquilamente e discricionariamente seguir as recomendações de algumas pessoas aqui e evitar a realização desse tipo de evento, se o núcleo de governo assim entender. Caso o núcleo de governo não entenda, vai também fazer as consultas aos órgãos de controle, porque da mesma forma que todos os órgãos têm acesso aos órgãos de controle, ao IPHAN, ao Ministério Público, à Procuradoria da República, etc., o Município também tem e aí a gente vai fazer. Agora é evidente que a gente está tendo o cuidado de evitar essa questão que os senhores estão falando do estímulo à produção de Casas Camarote. É tanto que, até a presente data, não teve sequer meia dúzia de solicitações para o Município. Isso é um dado positivo porque as pessoas já estão cientes de que esse tipo de atividade no perímetro do Sítio Histórico não é bem recebido. Por outro lado, a gente precisa tão somente avaliar se esse investimento específico, se essa abertura ou flexibilização vai realmente provocar esse tipo de movimento, que é a preocupação dos senhores. Mas, volto a repetir, há muito tempo que está sendo anunciado esse evento do Alceu Valença e nem por isso houve nenhuma movimentação no sentido de fazer outras movimentações expressivas, no sentido de fazer outras casas do tipo. Então, eu queria dizer para os senhores que eu saio daqui dessa reunião com a consciência, de alguma forma, esclarecido alguns temas. Ouvi as preocupações e as recomendações e vou passar para o gestor e a gente vai se reunir. Já conversamos com os vereadores, vamos nos reunir com a nossa Procuradoria e vamos avaliar. Uma coisa é unânime aqui entre nós. Quando nós aceitamos entrar nesse projeto, a primeira coisa que a gente exigiu do proponente é que, durante o carnaval, não tivesse shows, para não criar aglomeração, foi a primeira exigência que nós fizemos. Ou seja, se o Município estivesse

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

querendo estimular a produção de camarotes, evidente que a gente não ia exigir que no carnaval ele não fizesse shows. Se uma casa não tiver show no carnaval, ela não pode ser caracterizada como camarote. Eu sei que a preocupação de todos é no sentido de preservar o patrimônio. Não há risco, vereador Algério, de acontecer uma tragédia como aconteceu lá em Brumadinho, não dessa forma. A gente enquanto Poder Público, junto com todos os órgãos e conselhos de controle, nós temos todo o cuidado. Todos os documentos que a gente expedir estão baseados em pareceres do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil. Se vocês observarem os documentos que foram liberados para os eventos testes da Casa de Alceu Valença, vocês vão ver que há ressalva que o documento tem que estar acompanhado dos laudos da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. Então, para concluir, eu queria agradecer a oportunidade e me colocar à disposição na Secretaria de Patrimônio e Cultura para maiores esclarecimentos. Muito obrigado.” O Presidente Jorge Federal afirmou que a Lei do Carnaval possui uma redação perfeita, mas que talvez o Executivo estivesse querendo resolver um problema financeiro em um momento inapropriado. Falou que a população, em sua maioria, é contra o processo de camarotização no Sítio Histórico e que o Prefeito Lupércio não deve ir de encontro ao interesse coletivo. Defendeu a mobilidade de forma segura da população no Corredor da Folia e criticou o processo desenfreado de liberação de carros de aplicativos de transporte, o qual afirmou que não há regulamentação legal dentro de Olinda. Disse que a principal característica do carnaval de Olinda é a ocupação de pessoas nas ruas e que valorizam o frevo, o samba, o maracatu e toda a cultura olindense. Reclamou, sobre o carnaval anterior, das dificuldades das orquestras e blocos que não tiveram ajuda individual, e também dificuldades com iluminação pública, segurança pública, decoração, localização e qualidade dos banheiros químicos. **Alegações Finais.** O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Ela pediu para que o Executivo atuasse conforme prevê a Lei e não somente baseado nas decisões dos órgãos de controle. Reafirmou a clareza da Lei nº 5.306/ 2001, com alteração em 2015, no sentido de não haver nenhuma possibilidade de interpretação diversa, podendo quaisquer alterações serem discutidas após o período carnavalesco. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Labanca. Ele agradeceu a presença de todos nesta audiência pública e reforçou o entendimento de que a legislação deveria ser cumprida. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Ele falou que o Governo de Estado não dá o suporte necessário em termos de segurança e nem o Município quanto à estrutura física. Defendeu a utilização de casas privadas como Day Use, desde que sem apresentação de shows musicais. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Alexandre Melo. Ele agradeceu a presença de todos e elogiou as colocações apresentadas nesta audiência. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Edmilson Cordeiro. Edmilson reafirmou que não se pode ter intervenção externa no sentido de deturpar as características do carnaval de Olinda. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.



Jorge Salustiano de Sousa Moura
(Presidente)



Vlademir Labanca Barata de Moraes
(Secretário)